

## **TEORIAS DO LAZER E MODERNIDADE: PROBLEMAS E DEFINIÇÕES\***

**Recebido em:** 10/01/2009

**Aceito em:** 20/05/2009

*Cleber Augusto Gonçalves Dias*

Universidade Federal de Goiás – UFG  
Goiânia – GO – Brasil

**RESUMO:** Este trabalho quer discutir os limites e as possibilidades das proposições teóricas que apresentam o lazer enquanto um fenômeno moderno. Mais particularmente, o objetivo aqui é identificar as fontes intelectuais de tais teorias, as concepções majoritárias em que se registra o emprego dos conceitos de modernidade ou de sociedade moderna, bem como as suas respectivas implicações para os estudos do lazer, especialmente no âmbito de pesquisas históricas, mais especificamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Lazer. Modernidade.

### **THEORIES OF THE LEISURE AND MODERNITY: PROBLEMS AND DEFINITIONS**

**ABSTRACT:** This work wants to argue the limits and the possibilities of the theoretical proposals that present the leisure while a modern phenomenon. More particularly, the objective is to identify the intellectual sources of such theories, the mains conceptions where if the job of the concepts of modernity or modern society registers there, as well as its respective implications for the studies of the leisure, especially in the scope of historical research, more specifically.

**KEYWORDS:** History. Leisure. Modernity.

---

\* Esse trabalho está articulado com a pesquisa sobre a história do lazer na natureza que estou atualmente desenvolvendo para o doutoramento na Faculdade de Educação Física da Unicamp, sob a orientação da Professora Heloísa Reis e com o apoio do CNPq. Recentemente tentei resumir algumas das idéias que estão apresentadas aqui numa palestra dos Ciclos de Debate sobre o Lazer, realizado naquela Faculdade e cujo tema fora, justamente, Lazer e Modernidade. Nesse sentido, meus mais sinceros agradecimentos ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEPL), que organiza o evento e que me honrou com o convite. As discussões que se seguiram, além das interlocuções com toda aquela galera, com quem tenho convivido muito proximamente, me animaram decisivamente a escrever esse artigo. Gostaria de agradecer também a meu querido amigo e mestre Victor Melo, que empreendeu uma criteriosa leitura preliminar desse trabalho e endereçou-lhe valiosas críticas, que muito provavelmente ainda não fui capaz de incorporar.

“O Historiador é o Rei”

Nós que aqui estamos, por vós esperamos

No âmbito dos estudos do lazer, tem-se geralmente associado à ascensão deste fenômeno à ascensão da própria modernidade. É comum vermos afirmações que enfatizam tais vínculos dizendo que o lazer é produto de uma sociedade industrial, ou ainda que foi produzido pela Revolução Industrial. Do mesmo modo, destacam-se sempre as diferenças que o separam e o singularizam de outros fenômenos semelhantes e em certa medida equivalentes, como é o caso do *ocium* romano ou do *skholé* grego. O problema nesse caso não é tanto o de afirmar que o lazer é um fenômeno social especificamente moderno, senão o de especificar em que medida exatamente ele o é. Em outras palavras, a questão principal parece ser a de definir mais precisamente o que se entende por modernidade nesses casos ou em que acepção este conceito está sendo empregado.

O propósito deste trabalho é justamente o de discutir os limites e as possibilidades apresentadas por questões dessa ordem. Avançando, pretende-se aqui identificar as fontes intelectuais de tais teorizações, bem como suas implicações para os estudos do lazer.

### **Lazer e modernidade**

A proposição de que o lazer é um fenômeno produzido e engendrado nos interstícios da sociedade moderna constitui-se hoje como uma tradição interpretativa majoritária, pode-se dizer. Em 1976, no momento de consolidação internacional de um campo acadêmico especializado, Stanley Parker já fazia um diagnóstico nessa direção.

Segundo ele, “a afirmação de que o lazer é essencialmente um produto da sociedade moderna tem sido apresentada por vários autores e pesquisadores” (PARKER, 1978, p. 33).

Já nesse sentido, poderíamos começar citando o próprio Stanley Parker, que também inseria seu trabalho nesse prisma ao postular que “o advento da sociedade industrial trouxe formas características de não-trabalho assim como de trabalho, a partir das quais evoluíram as atuais instituições de lazer” (PARKER, p. 14-15). Mais ou menos do mesmo modo, Joffre Dumazedier (1999), afirmava que “o lazer possui traços específicos, características da civilização nascida da Revolução Industrial” (p. 26).

Esses são dois bons exemplos, pois além de emblemáticos, dizem respeito a nomes que exerceram grande influência internacional na marcação teórica dos debates sobre o assunto. No Brasil, mais especificamente, a presença mais ou menos constante de Dumazedier a partir de 1961, acompanhada pela tradução de alguns de seus livros, parece ter sido decisiva para a penetrabilidade de suas idéias. Mais que isso, talvez, sua presença encorajou a institucionalização formal de uma área investigativa e de atuação especializada.

De modo geral, no entanto, o lazer é tematizado desde o início do século XIX. Inicialmente, não como um objeto de estudo, evidentemente, pois nessa época nem a sociologia existia ainda institucionalmente como uma disciplina acadêmica. Suas primeiras aparições são como um “problema social”.

Entre o final do século XVIII e início do XIX uma das principais preocupações das classes dirigentes inglesas – onde o modo de produção industrial amadureceu de forma pioneira – era a de como inculcar no *populacho* a disciplina necessária ao trabalho fabril. Estratégias para a conformação a uma rotina monótona, repetitiva e

mecanizada se constituíram então como o mote modernizador daquele período. As casas de trabalho na Inglaterra talvez seja o melhor exemplo desse esforço disciplinador, de difundir um relógio moral entre os trabalhadores, cujos dispositivos resultavam, justamente, na autodisciplina, na condenação da ociosidade e no controle de si mesmo (CROWTHER, 1982; DRIVER, 1993).

Já na segunda metade do século XIX, com aquelas condições de vida e de trabalho disseminando-se cada vez mais, aparecem às primeiras elaborações mais sistemáticas sobre o lazer, que passa a ser entendido como “um tempo disponível depois das ocupações”, como é o caso da definição oferecido segundo Dumazedier (2004), pelo *Dictionnaire de la langue Française*, de Maximilien Littré, dos anos 1860.

Apesar das inegáveis ampliações e sofisticções que tais significados testemunharam desde então, seu fundamento básico e elementar se reproduziu amplamente até os dias de hoje. Assim, os modos de enquadramento e de definição do lazer estão e estiveram sempre estritamente relacionados ao tempo de trabalho. De acordo com Alain Tomlinson (1996):

O TRABALHO, a partir do século XIV, estava ficando mais estritamente definido como tempo pago, como tarefa medida e contratada mediante salário, e as atividades de tempo ocioso eram vistas como as espécies de atividade a que uma pessoa poderia dedicar-se longe das obrigações de trabalho (p. 533).

Uma vez que é a nova condição de trabalho mobilizada pela manufatura de grande escala a principal referência com a qual e contra a qual se define o que é lazer, entendido sempre como resultado de forças desencadeadas pelo mundo moderno, será uma implicação bastante óbvia que a indústria seja tomada como a unidade de análise mais fundamental para a sua caracterização. É esse o caso das concepções que emergem das reflexões de alguns dos principais teóricos do lazer, como Parker e Dumazedier, por

exemplo (1978; 1999 respectivamente). Em ambos, a sociedade moderna está concebida, implicitamente, como a feição do *industrialismo*. É o advento de uma revolução ou de uma sociedade *industrial* que são apresentados como condição para o surgimento do lazer enquanto tal.

De outra forma, mas dentro ainda desta perspectiva, podemos identificar outra maneira de conceber a modernidade – e conseqüentemente o lazer. São proposições que a relacionam não tanto ao industrialismo, mas muito mais ao *capitalismo*. Partindo dessa premissa, essas teorizações sobre o lazer argumentarão que o seu aparecimento está associado à instauração de uma nova disciplina do ritmo de trabalho. Desse modo, é quando o tempo dos homens passa a ser marcado e controlado a partir do ritmo da máquina e motivado pelos interesses do capital que vai se notar uma separação mais rígida e claramente definida entre os momentos de trabalho e de não-trabalho, caracterizando assim o lazer. “É justamente quando o trabalho começa a tornar-se mercadoria, começa a ser vendido que as questões de tempo e espaço adquirem novos significados” (GEBARA, 1997, p. 66).

### **Pensamento sociológico e teorias do lazer**

Grosso modo, essas formas de abordagem correspondem e podem ser relacionadas a grandes matrizes do pensamento sociológico. Primeiro, a noção de que o traço distintivo das sociedades modernas está no seu modo de produção industrial; algo particularmente caro às teorias sociológicas de Durkheim (2008). Para ele, a singularidade do mundo moderno encontrar-se-ia na complexa divisão social do trabalho promovida pela indústria. Destacando a primazia das funções econômicas,

Durkheim (2008) afirmava que as nossas sociedades “são ou tendem a ser essencialmente industriais” (p. 3-4).

Já dentro de uma inspiração marcadamente marxista, a transição para uma sociedade moderna “não se faz apenas do sistema manufatureiro para o industrialismo, mas sim para o capitalismo industrial” (THOMPSON, 1998, p.289). Nesse caso, é o sistema capitalista, portanto, que será tomado como o grande agente catalisador das mudanças. Conseqüentemente, a existência de um tempo de não-trabalho é a implicação óbvia da existência de um tempo de trabalho, modulado, nesses termos, pelo processo de controle, divisão e medição do tempo, típico ao próprio desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a profunda cisão entre trabalho e tempo livre, no limite, responsável pela própria constituição do lazer moderno, “se efetivou mediante uma nova concepção de tempo”, contrária aos ciclos naturais e concebida, ao invés disso, “como uma medida abstrata capaz de ser conferida e calculada” (DECCA, 2002, p. 62).

Obviamente, a identificação desses elementos teóricos está sendo feita aqui de maneira bastante esquemática, pois, na prática, alguns de seus aspectos convergem e guardam entre si algumas similaridades. Durkheim (2008), por exemplo, reconhecia a primazia das funções econômicas de maneira mais ou menos semelhante à Marx (2003), mas, segundo ele, a diferenciação das profissões e a multiplicação das ocupações não eram motivadas pelo interesse no lucro. Nas suas palavras, “a produtividade maior é apenas uma conseqüência necessária, uma contrapartida do fenômeno. Se nos especializamos, não é para produzir mais, mas para poder viver nas novas condições de existência que surgem”.

No sentido inverso, Marx (2003) reconhecia, à moda de Durkheim (2008) embora antes dele, que o homem moderno era um homem especializado, com formação

específica voltada a uma profissão particular. Todavia, suas análises comportavam uma interpretação econômica da história e, nesse sentido, o modo de pensar dos homens ou qualquer outro aspecto da vida social que não a economia, não poderia ter supremacia explicativa. É o movimento das forças produtivas e das relações de produção que estruturam a sociedade. Nas suas próprias palavras:

A estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre o qual se levanta um edifício jurídico e político, e ao qual respondem formas determinadas da consciência social. O modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, ao contrário, é sua existência social que determina a sua consciência (MARX, 2003, p.5).

A principal diferença, portanto, talvez esteja na ênfase dos fundamentos mais elementares do pensamento de cada um. Pois, embora essas tradições de pensamento contenham aspectos análogos e mais ou menos semelhantes entre si, por outro lado, elas compõem, em linhas gerais, modelos teóricos diferentes para explicar e caracterizar a sociedade moderna. Conforme afirma Anthony Giddens (1991), “as tradições teóricas mais proeminentes na sociologia [...] tem tido a tendência de cuidar de uma única e mais importante dinâmica de transformação ao interpretar a natureza da modernidade” (p. 21).

Na medida em que são essas as tradições teóricas que têm informado um considerável corpo de pesquisas sobre o lazer (JARVIE; MAGUIRE, 1994), discuti-las é, em última instância, discutir os próprios limites das teorias do lazer.

### **A longa história filológica**

De acordo com Hans Robert Jauss (1996), que empreendeu uma genealogia do conceito de modernidade, o termo aparece em 1849, em *Mémoires d'outre-tombe*,

autobiografia de François-René de Chateaubriand (2005), escrita entre 1809 e 1841, mas publicada somente a partir de 1849 em 12 volumes, após uma divulgação em série no jornal *La Presse*. Dividida em quatro partes, a obra fala, respectivamente, sobre sua carreira de soldado e de viajante, sua carreira literária e política e sobre o fim da sua vida. As memórias de Chateaubriand abordam, além da sua vida privada e das suas aspirações pessoais, os acontecimentos históricos e políticos de maior destaque à época, aos quais ele presenciou pessoalmente. Desse modo, o livro constitui-se como uma espécie de testemunho das abruptas transformações que se processavam na sociedade francesa daqueles tempos, fundindo “o individual e o universal, sua vida doméstica e sua existência de estadista” (RAMONEDA, 2005, p. 34).

No entanto, a expressão francesa *la modernité* foi definitivamente consagrada alguns anos depois através de um famoso ensaio do poeta Charles Baudelaire. *A pintura da vida moderna*, escrito entre 1859 e 1860 e publicado pela primeira vez em 1863, é um pequeno ensaio dedicado ao pintor Constantin Guys. Nele, Baudelaire celebra a obra daquele artista pela sua capacidade de apreender e representar o encanto da atualidade, a beleza da vida universal nas grandes cidades e a espantosa harmonia da multidão. Tratado pelo poeta como gênio, tamanha admiração denuncia, na verdade, as concepções de modernidade do próprio Baudelaire, para quem esta era “o transitório, o efêmero, o contingente”; era enfim “a beleza passageira e fugaz da vida presente” (BAUDELAIRE, 1996, p. 26-76).

A modernidade, nesse sentido, seria uma maneira de experimentar a própria experiência do tempo, uma autoconsciência do presente, livre do passado e aberto ao futuro (HABERMANS, 2000). Contudo, conforme nos alerta Jauss (1996, p. 47), “O termo não foi criado para o nosso tempo, e tampouco parece adequado para caracterizar,

de modo inconfundível, a feição única de uma época”. Longe disso, o sentido mais primitivo da noção tem a ambição de expressar a diferença entre o que é do presente e o que é do passado, entre o que é novo do que é obsoleto. Dessa forma, “A *modernité* baudelariana, como sinal precursor de uma nova era artística, não pode, no entanto, fazer esquecer que ela é o rebento tardio de uma longa história filológica. Mesmo o significado recente desse substantivo é tributário do adjetivo antigo *modernus*” (JAUSS, 1996, p. 48).

Essa longa história filológica a que alude Jauss inicia-se, segundo os argumentos dele mesmo, por volta do século V com o desmoronamento do império romano. É quando teremos documentado pela primeira vez o emprego da palavra latina *modernus*, cuja função era, já naquela época, designar exclusivamente a atualidade histórica do presente.

De acordo com Belmiro Pereira (2008), “se *hodiernus* deriva de *hodie*, *modernus* provêm de *modo*, advérbio usado para significar ‘agora, agora mesmo, recentemente’”. E assim, no século VI, se forja o esboço de uma antinomia entre antigo e moderno, com os homens daquele tempo percebendo que “Roma e a cultura antiga eram já passado, um passado modular mas separado do presente” (p. 93).

Nos tempos carolíngios, nos idos do século IX, vê-se uma expansão da palavra promovida sob a égide do novo império universal de Carlos Magno. A partir do século XI já se encontra registros de uma nova palavra: *modernitas*. Depois, no século XII, surgem os *moderni*: uma nova geração de autores que escreviam em latim e em língua vulgar e que seriam fortemente marcados por uma autoconsciência histórica do seu tempo. Os *moderni* admiravam os *antiqui*, mas também já avaliavam suas próprias experiências como a expressão de um auto-aperfeiçoamento. No século XIII,

personagens como Tomás de Aquino consideravam *antiguos* os mestres de duas ou três gerações anteriores que lecionavam na Universidade de Paris entre os anos 1220 e 1230. Em contrapartida, entendiam a si próprio e a seus companheiros como *modernos* (LE GOFF, 1991).

Entre os séculos XIV, XV e XVI vários campos de atuação vão se remeter explicitamente e de maneira cada vez mais radical a originalidade de suas realizações. É o momento em que a oposição entre antigo e moderno emerge ao primeiro plano da cena intelectual. Segundo Jacques Le Goff (1991): “o Renascimento convulsiona esta emergência periódica do ‘moderno’ oposto ao ‘antigo’” (p.154). A partir de 1341, começa a se fazer à distinção entre história antiga e história nova. No mesmo sentido, surgem publicações que pronunciam uma nova autoconsciência da experiência no tempo e no espaço. Com a radicalidade do humanismo renascentista inicia-se a *maniera moderna*, uma reflexão sobre arte que se acredita superior aos modelos clássicos. *O Príncipe* de Maquiavel (2001), pode também ser tomado, de acordo com interpretação de Antônio Rodriguez (2000), como “expressão da cultura do Renascimento”, “qualificador da genealogia da querela entre antigos e modernos” (p. 252).

Ao longo do século XVII essa antinomia ganha forma mais nítida, sobretudo na Inglaterra e na França. É a época em que imitar os clássicos deixa de ser prova de elegância e de bom gosto. Aparecem livros em que a obra de Homero é atacada, dizendo tratar-se de um trabalho defeituoso, exemplo da inferioridade dos antigos em relação aos modernos. Particularmente, em 1687, diante da Academia Francesa, Charles Perrault contestava os escritores que acreditavam na superioridade da literatura da antiguidade.

Autor de *Chapeuzinho Vermelho, A Bela Adormecida, Cinderela*, entre outros, Charles Perrault estabeleceu através de seus escritos as bases para a criação de um novo gênero literário à época: o conto de fadas. Declarava então a decadência dos antigos a favor da produção literária francesa da sua época, na culminância de uma longa disputa que ficaria conhecida dali em diante como a “Querela entre os Antigos e os Modernos”.

Sua tônica dizia respeito, basicamente, a defesa da liberdade criativa e inovadora do artista contemporâneo. De acordo com os versos de Perrault<sup>1</sup>: “A formosa antiguidade sempre foi venerável / mas nunca acreditei que fosse adorável / olho os antigos sem me curvar / são grandes, é verdade, mas são homens como nós / e sem medo de sermos injustos podemos comparar / o século de Luiz com o grande século de Augusto” (*Apud. LE GOFF, 1991, p. 155*).

Para Francisco Falcon (2000), “a partir daí, tendeu a se afirmar a consciência de um tempo presente, novo e transitório, que não mais se pautava pelo caráter paradigmático da Antiguidade” (p. 228). E de fato, desde então, moderno ou modernidade nunca mais deixariam de polarizar presente e passado.

Mesmo em Baudelaire (1996.), cujo projeto estético era claramente orientado para uma celebração do presente, nota-se, no fim de tudo, a ambição de adquirir o direito de tornar-se história. “Para que toda Modernidade seja digna de tornar-se Antiguidade, é necessário que dela se extraia a beleza misteriosa que a vida humana involuntariamente lhe confere” (p. 27). Por isso, ao analisar as concepções baudelarianas, Walter Benjamim (2000) afirmava que “de todas as relações estabelecidas pela modernidade, a mais notável é a que tem com a antiguidade” (p. 80).

---

<sup>1</sup> PERRAULT, Charles. **Festiva ad capita annulumque decursio a Rege Ludovico XIV, principibus, summisque aulae proceribus edita anno M.DC.LXII**. Urbana Champaign: University of Illinois, 1989.

Talvez em função dessas relações apontadas por Benjamim (2000) é que palavras de Baudelaire guardariam notável semelhança com as do seu xará, Charles Perrault, pronunciadas mais de dois séculos antes. Referindo-se aos personagens de um escritor contemporâneo, Baudelaire (1995) dizia: “os heróis da *Ilíada* não chegam aos vossos pés, Vautrin, Rastignac, Birotteau [...] nem aos teus, Honoré de Balzac, o mais singular, o mais romântico, o mais poético dentre todos os personagens que tua fantasia criou” (p.694). Tal como o polêmico membro da Academia Francesa, Baudelaire compara a literatura do seu momento com a do passado, inclinando-se fervorosamente a favor da primeira.

Em outra oportunidade, anos depois, continuaria fiel a essas convicções, condenando duramente o artista que pretendesse tomar os mestres antigos como modelos. “Ai de quem estude na antiguidade outra coisa que não a arte pura, a lógica, o método geral”. Para ele, quem por ventura o fizesse para além disso, buscando qualquer tipo de inspiração, estaria praticando apenas um “exercício supérfluo”; “perderia a memória do presente” e abdicaria do “valor dos privilégios fornecidos pela circunstância, pois quase toda a nossa originalidade vem da inscrição que o tempo imprime às nossas sensações” (BAUDELAIRE, 1996, p. 28).

Poderíamos então dizer que, para Baudelaire, a modernidade era atemporal, pois todas as épocas a conheceram, e cada qual teve a sua. Nas suas palavras: “Houve uma Modernidade para cada pintor antigo: a maior parte dos belos retratos que nos provêm de épocas passadas está revestida de costumes da própria época” (BAUDELAIRE, 1996, p. 26). Assim, essa modernidade seria tão somente a moral e a estética capaz de apreender as peculiaridades dos seus respectivos presentes históricos, porque “cada século possui sua graça particular” (p. 48). Nesse sentido, a modernidade de Baudelaire,

que pretendia à originalidade destacando a beleza do seu próprio tempo, não fez senão repetir o esquema geral da boa e velha querela entre antigos e modernos, distanciando-se das gerações que lhe precederam e afirmando a realização de sua própria.

### **Moderno e modernidade**

Se do ponto de vista estritamente conceitual as raízes mais profundas da modernidade se encontram no século V com o advento da palavra latina *modernus*, em que período se situa a sua emergência enquanto uma experiência histórica?

Há uma primeira tradição historiográfica que entende por Idade Moderna o período histórico que se segue à Idade Média, e que teria se iniciado em 1453 com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos. Dentro dessa mesma perspectiva ainda, outros eventos têm sido sugeridos, mas sem nunca escaparem a essa periodização geral. Citam-se, nesse caso, a conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415 ou, de maneira ainda mais recorrente, as grandes viagens de descobrimento.

Eventos como esses últimos, conforme sugere Octavio Ianni (2003), podem e devem ser tomados como “emblemas de rupturas históricas excepcionais [...] momento primordial e seminal da modernidade, como emblema do modo pelo qual se inicia um novo ciclo da história” (p. 38-39). Esses foram eventos que alteraram de maneira radical formas e estilos de pensamento, teorias e epistemologias, inauguraram novas crenças e convicções e alimentaram a emergência de novas visões de mundo e de uma escala de valores.

“A descoberta e a conquista do Novo Mundo ocorrem em uma época em que estão em curso a Renascença, a Reforma, a Contra-Reforma e a Revolução Científica. É toda uma configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura que está em causa nessa época” (IANNI, 2003, p. 39).

gênese do Estado-Nação. É o período, portanto, em que se inicia a modernidade no seu sentido mais amplo.

Mas em que medida seria correto ou conveniente tomar, de fato, o século XVI como marco de uma periodização para a modernidade? Não existiriam diferenças entre a Idade Moderna e a Modernidade?

Segundo Hans Ulrich Gumbrecht (1998):

[...] “quem opera com problemas e conceitos como os de modernidade e modernização [...] não pode deixar de confrontar-se com o fato de uma sobreposição ‘desordenada’ entre uma série de conceitos diferentes de modernidade e modernização” (p. 9).

Os problemas em torno de uma definição histórica ou de uma periodização para a modernidade podem se resumir, muito grosseiramente, em dois posicionamentos. De um lado, uma concepção mais estreita que a concebe a partir dos meados do século XIX, ou, quando muito, a partir do final do século XVIII com a Revolução Francesa em 1789. De outro lado, uma concepção mais abrangente, que adota uma periodização mais larga e que toma as viagens ao Novo Mundo ou a invenção da Imprensa como marcos desse processo. De certo modo, essa última posição estreita os laços entre o moderno e a modernidade, vendo o segundo como um desdobramento do primeiro.

De todo modo, no momento de discutirmos as origens do espírito moderno, não seria recomendável, conforme aconselha Lucien Febvre (1970), acreditar em “nascimentos ao estilo de Minerva”, isto é, “no surgimento repentino de doutrinas que brotam por geração espontânea do cérebro de um só homem” (p. 254). Ao contrário, a sociedade moderna é o resultado de um extenso e eclético conjunto de experiências sociais que se acumularam num período de longa duração e que podem ser subsumidos ao liberalismo no âmbito político, ao mecanicismo no âmbito filosófico, ao capitalismo

no âmbito econômico, ao industrialismo no âmbito tecnológico e ao individualismo no âmbito ideológico.

Nesse sentido, não seria justo atribuir ao século XIX todos os créditos pela invenção da vida moderna. Acontecimentos ainda que inegavelmente importantes e em certo sentido até revolucionários não seriam capazes de tanto num espaço tão curto de tempo. É bem verdade que foi no período de vida de homens como Baudelaire que a experiência da modernidade emergiu mais claramente à consciência, e palavras como a dele próprio a esse respeito funcionaram como o catalisador de idéias e concepções que já existiam antes, mas que se encontravam ainda dispersas e talvez pouco difundidas ou sistematizadas. É esse provavelmente o verdadeiro mérito do século XIX: o de ter realizado de maneira mais vigorosa aquilo que seus predecessores vinham apenas prevendo até ali. Assim:

Recuperar o processo de construção do conceito de modernidade implica um retorno à chamada Idade Moderna, uma vez que a modernidade mergulha suas raízes mais profundas no solo da cultura ocidental européia, dos séculos XVII-XVIII e começos do século XX (FALCON, 2000., p. 223).

A modernidade então não é exatamente um período histórico, mas muito mais um processo social que, de maneira mais remota, iniciou-se no século XVI e se estendeu até os dias de hoje através de muitas e intensas mudanças e rupturas. Trata-se, portanto, de um processo que atravessa um extenso período de tempo e que por isso reúne idéias, episódios e personagens múltiplos e por vezes divergentes.

Parte da reflexão teórica mais influente a esse respeito tem compreendido a modernidade como etapas de um mesmo processo em que se sucedem fases. Gumbrecht (1998), por exemplo, fala de quatro fases: o Início da Modernidade, a Modernidade Epistemológica, a Baixa Modernidade e a Pós-Modernidade.

Segundo ele, o primeiro período diz respeito à emergência de uma subjetividade onde o homem transforma-se no sujeito da produção do saber. Distinguindo-se da Idade Média, o homem moderno não seria apenas parte de uma criação divina, cuja verdade lhe era desconhecida por estar além da sua compreensão. O homem passa, enfim, a ser um observador de primeira ordem. Metonimicamente o período está representado pela invenção da imprensa e pela descoberta do Novo Mundo. Já o segundo período abrange as décadas em torno dos anos 1800. É o momento da diluição daquela confiança cega no conhecimento produzido pelo homem, tornando-o um observador de segunda ordem, que se define pela capacidade de observar as próprias observações. O terceiro período é como o resultado dessa modernização epistemológica; é o momento da perda definitiva na crença de uma visão objetiva de mundo, marcada por uma obsessão pela inovação característica das primeiras décadas do século XX. O quarto e último período seria o da Pós-Modernidade, cuja versão filosoficamente mais interessante, nas palavras de Gumbrecht (1998), “consiste em conceber nosso presente como uma situação que desfaz, neutraliza e transforma os efeitos acumulados dessas modernidades que têm se seguido uma à outra desde o século XV” (p. 21).

Marshall Berman (2007), por seu turno, fala de três fases da modernidade. A primeira, que vai do início do século XVI até o fim do século XVIII, é o momento em que as pessoas “estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encaixo de um vocabulário adequado” (p. 25). A segunda começa com as revoluções da década de 1790. É quando com as repercussões da Revolução Francesa, ganha vida de maneira abrupta e dramática um grande e moderno público.

Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em

todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização “. (BERMAN, 2007, p. 26).

A terceira fase é a da dilatação da modernidade, que se expande “a ponto de abarcar virtualmente todo o mundo” (BERMAN, 2007), e corresponde cronologicamente ao século XX.

Shmuel Einstendatd (1969), para tomarmos um último exemplo, classifica a modernidade em duas fases, uma primeira a que ele chama “limitada” e uma segunda a que ele se refere como “de massa”. Segundo ele, as características mais marcantes dessa primeira fase seriam:

[...] a escala relativamente reduzida de escopo de todas as organizações novas; o desenvolvimento de várias organizações relativamente específicas, orientadas para objetivos determinados; o desenvolvimento de mercados ainda restritos e recursos de livre flutuação nas esferas institucionais principais; e a predominância relativa de arranjos reguladores e distributivos “públicos” (p. 79).

Em contrapartida, as características mais proeminentes da segunda fase, como o nome já sugere, é o seu aspecto “de massa”, isto é, sua crescente tendência de intensificar a abrangência, a amplitude e o ritmo de diferenciação estrutural e de especialização institucional. Esta etapa, de acordo com Einstendatd (1969), caracterizou-se:

[...] pelo desenvolvimento de grupos e associações de grande escala especializados, de propósitos múltiplos [...] Em segundo lugar, é caracterizada pela contínua extensão e interpretação dos vários mercados internos nas esferas institucionais da sociedade. Em terceiro lugar, pela urbanização continuamente crescente e ampliada, e pela contínua disseminação de meios de comunicação de massa (p. 80)

### **Tempos empilhados uns sobre os outros**

Nesses exemplos, que dizem respeito a respeitáveis conclusões em torno desse debate, a modernidade está sempre caracterizada de maneira geral e mais abrangente, isto é, para além do momento em que seus efeitos se manifestavam de maneira mais visível e inequívoca. Assim, o século XVI e até o século XV em alguns casos são mencionados como momentos-chave no seu processo de formação, pois se o século XIX foi prodígio em revelar suas implicações, a construção de toda a sua dinâmica já estava em curso muito antes disso. Para tomar um exemplo simples e até certo ponto clichê, a máquina a vapor e a subsequente industrialização – móveis fundamentais da modernização, que revolucionaram estilos de vida quando tiveram seus princípios aplicados e generalizados a uma série de aspectos da vida social – foi patenteada na Inglaterra no fim do século XVII por Thomas Savery. Tratava-se do registro de um motor a vapor usado para bombear água de minas de carvão. Em 1712, Thomas Newcomen aperfeiçoou o aparelho com a mesma finalidade e em 1769 James Watt registrava a patente de outra máquina do mesmo tipo, com outros aprimoramentos. Mas as repercussões desta autêntica revolução só se fizeram sentir de maneira óbvia e inconfundível a partir da década de 1830. Segundo Eric Hobsbawm (2006), foi somente nessa época:

[...] “que a literatura e as artes começaram a ser abertamente obsedadas pela ascensão da sociedade capitalista [...] O próprio nome de revolução industrial reflete seu impacto relativamente tardio sobre a Europa. A coisa existia na Inglaterra antes do termo” (p. 49-50).

Em suma, as condições para a sua efetivação histórica já se encontravam disponíveis há mais de um século, “desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental” (HOBSBAWM, 2006, p. 54).

A Revolução Francesa, outro símbolo da vida moderna, também vinha sendo germinada por círculos intelectuais e filosóficos há tempos. O conhecimento de cunho científico e a confiança no progresso através de uma ideologia individualista, secular e racional fomentaram um consenso geral de idéias que culminaram na degola das autoridades do Antigo Regime. Embora tais crenças não fossem suficientemente poderosas ou disseminadas antes do século XIX, é certo, por outro lado, que sua existência data bem antes desse período. “As forças econômicas e sociais, as ferramentas políticas e intelectuais desta transformação já estavam preparadas” (HOBBSAWM, 2006, p. 17).

No campo dos estudos do lazer, no entanto, a modernidade geralmente aparece concebida como algo mais estreito e específico. Parte dessas limitações tem relação com a vinculação um tanto quanto exagerada da emergência do lazer à industrialização ou ao capitalismo, nos seus sentidos mais restritivos. As conseqüências empíricas dessas posições aparecem no momento de se operar, na prática, esforços para sua explicação. Assim, entre os poucos trabalhos dedicados a tematizar sobre a gênese dos lazeres no Brasil, busca-se quase sempre fazê-lo a partir de um marco cronológico situado a partir do quartel final do século XIX. Segundo argumenta-se, a justificativa para a concentração nesse período dá-se porque nessa época:

[...] o país vive as primeiras experiências da produção capitalista no modelo urbano e industrial, seus primeiros ensaios manufatureiros, a federalização do Estado, a modernização dos principais centros comerciais e portuários, a organização da sociedade em classes sociais e o fortalecimento do operariado como um movimento político e social (MARCASSA, 2002, p. 11).

São abordagens que, como disse, pressupõem que a sociedade moderna ou está atrelada a industrialização ou ao advento de uma ordem capitalista. Nesta perspectiva, “a emergência de novas práticas de lazer foi uma manifestação dessas amplas

transformações de um tradicionalismo agrário a uma sociedade industrial moderna” (MARCASSA, 2002, p. 12).

E mesmo em estudos históricos mais generalistas, que pretendem destacar o enraizamento das práticas de lazer, sublinhando a profundidade e a antiguidade de suas origens, como o organizado por Alain Corbin (2001), assume-se uma periodização mais contemporânea. Nesse caso, a maneira como os tempos sociais eram entendidos e utilizados a partir de 1830 é apresentado como algo seminal para a história dos lazeres, destacando-se assim a fluidez e a porosidade do tempo cotidiano dos trabalhadores no limiar do século XIX, “impregnados de imprevistos, abertos à espontaneidade, sujeitos à interrupção fortuita ou recreativa” (p. 6).

Aqui também é a relação entre o tempo de trabalho e o de não-trabalho que são determinantes para definição e caracterização do lazer. Mais que isso ainda, é uma forma de relação com o tempo supostamente típica às sociedades capitalistas industriais que serão tomadas como marco teórico e conceitual destas explicações.

Este tempo de relativa lentidão, flexível, maleável, ocupado por actividades muitas vezes mal determinadas foi sendo pouco a pouco substituído pelo tempo calculado, previsto, ordenado, precipitado da eficácia e da produtividade; tempo linear, estritamente medido que pode ser perdido, desperdiçado, recuperado, ganho. Foi ele que suscitou a reivindicação de autonomia de um tempo social (CORBIN, 2001).

Tudo isso é correto, mas não pode ser superestimado, sob o risco de idealizarem-se as concepções de tempo das sociedades industriais, tanto quanto das pré-industriais. Ou seja, tais afirmativas se constituem como verdade, mas não como toda a verdade, pois mesmo antes do advento da indústria moderna, já se tem notícia de uma parcial e relativa artificialização dos tempos de trabalho. Jacques Le Goff (1993b), por exemplo, comenta as transformações dos ritmos temporais à luz da “crise geral do século XIV”.

Segundo ele, a definição dos modos de relacionamento com e no trabalho nesse período dava-se a partir de uma concepção de tempo que, em linhas gerais, fazia referência aos ciclos naturais e era marcada pelo tempo religioso. A partir do fim do século XIII, no entanto, “este tempo de trabalho é posto em causa e entra em crise [...] Conforme se dá com o resto, o tempo laboral transforma-se, define-se, torna-se mais eficaz, não sem dificuldade” (p. 63).

Inovações tecnológicas e novas orientações filosóficas concorrem simultaneamente para o surgimento dessas novas tendências. O recomeço da cunhagem do ouro, a multiplicação dos sinais monetários, as primeiras flutuações inflacionárias, a crise dos salários, a alta dos preços, a ampliação das redes comerciais que vão se estendendo até a China, enfim, “todo este alargamento do domínio monetário exige um tempo mais bem medido” (LE GOFF, 1993a, p. 51). Mercadores vão então descobrindo que a lentidão ou a rapidez das viagens ou a duração do trabalho artesanal na fabricação de mercadorias interferem positiva ou negativamente no preço dos produtos, e conseqüentemente dos lucros. Assim, descobre-se também o preço do tempo. “Tudo indica que a justa medição do tempo interessa, cada vez mais, ao bom andamento dos negócios”. O resultado é que “para o mercador, o meio tecnológico sobrepõe um tempo novo, mensurável, quer dizer, orientado e previsível, ao tempo eternamente recomeçado e perpetuamente imprevisível do meio natural” (1993a, p. 52).

Paralelamente, a ideologia renascentista, que colocava o homem no centro do universo, celebrando suas virtudes e capacidades, ou autorizando-o, de modo geral, a ser senhor do seu próprio destino, incentivava também um novo emprego do tempo, que pouco a pouco deixava de ser tido como um dom de Deus, passando a ser visto como propriedade do homem.

Daí em diante vê-se o aparecimento de iniciativas para a regulamentação do dia de trabalho, especialmente do tecelão, inserido no setor mais dinâmico da economia medieval. Movidos pelas necessidades de se adaptar à evolução econômica resultante das primeiras mutações monetárias, patrões do setor têxtil procuram regulamentar o mais rigorosamente possível o dia de trabalho. Então, por volta da década de 1320 aparecem os “sinos de trabalho”; tentativas de ordenar as rotinas, definindo os momentos de comer, de retornar e de ir embora.

O que o sino de trabalho ou a utilização do sino urbano para o trabalho traz de novidade é, evidentemente, a substituição de um tempo *factuel* que só episodicamente se manifesta por um tempo da igreja pelas horas *certaines* de que falam os burgueses de Aire. Tempo, não de cataclismo ou de festa, mas tempo do quotidiano, sistema cronológico que aprisiona, que enquadra a vida urbana. As exigências de um trabalho melhor medido – num século em que o quantitativo faz a sua tímida aparição nas estruturas administrativas e mentais – são pois factor importante do processo de laicização (LE GOFF, 1993b, p. 68).

### **O amontoado heterogêneo da história**

Análises históricas cuidadosamente documentadas como as de Jacques Le Goff permitem um questionamento sobre as generalizações sociológicas a respeito da natureza do trabalho – e conseqüentemente do não trabalho – em períodos anteriores a consolidação definitiva da modernidade (ou das sociedades industriais). Seu estudo sobre as concepções de tempo no fim da Idade Média permite relativizar, minimamente, a noção de que antes do advento da indústria capitalista moderna todo trabalho estava absolutamente submetido às intempéries climáticas e meteorológicas, ao mesmo tempo em que não deixa de reconhecer que esses eram, de fato, aspectos hegemônicos das suas temporalidades.

Da mesma forma que o camponês, o mercador está submetido, na sua actividade profissional, em primeiro lugar ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais [...] Mas quando se organiza uma rede comercial,

o tempo torna-se objecto de medida [...] Tempo mensurável, mecanizado até, é o tempo do mercador, mas igualmente descontínuo, cortado por paragens, momentos mortos, afectado por acelerações ou atrasos – muitas vezes em ligação com atrasos técnicos e o peso dos dados naturais: a chuva ou a seca, a bonança ou a tempestade (LE GOFF, 1993a p. 51).

Obviamente tratava-se apenas de determinados grupos sociais, ainda muito circunscritos e cujas convicções e mentalidades ainda eram, em certo sentido, minoritárias, pouco corriqueiras e ainda muito instáveis e mal definidas. “O tempo novo tem muitas falhas e o relógio urbano está freqüentemente avariado. Mais que um utensílio da vida quotidiana, o relógio é ainda uma maravilha, um ornamento, um brinquedo”. (ibid., p. 69). Por isso o próprio Le Goff ressalta a necessidade de não se opor muito brutalmente todas essas diferentes concepções, problematizando, no limite, a existência de um tempo unificado e unificador, que pudesse virtualmente abarcar e se impor a todos os grupos sociais. Segundo ele:

[...] “entre o tempo natural, o tempo profissional, o tempo sobrenatural, há, pois, simultaneamente separação essencial e encontros contingentes [...] tempos de certo modo empilhados uns sobre os outros” (LE GOFF, 1993a, p. 55-56).

Certamente, é no reconhecimento da impossibilidade de definição unívoca das concepções de tempo para toda uma sociedade que está o principal alcance de sua argumentação. Declaradamente inspiradas pelas reflexões de Maurice Halbwachs (2006), a idéia é a de que “cada grupo localmente definido tem sua própria memória e uma representação só dele de seu tempo” (p. 130). Assim, o tempo, em sua dimensão social ou enquanto uma representação coletiva condicionada pelas necessidades e hábitos específicos de cada grupo, não é único.

Visto que nos diversos ambientes não temos a necessidade de medir o tempo com a mesma exatidão, a correspondência entre o tempo do escritório, o tempo de casa, o tempo da rua, o tempo das visitas é fixado entre limites às vezes bastante amplos [...] O ano escolar não começa no mesmo dia do ano religioso. No ano religioso, o aniversário do nascimento de Cristo e o aniversario de sua morte e de

sua ressurreição determinam as principais divisões do ano cristão. O ano leigo começa no dia primeiro de janeiro, mas, segundo as profissões e tipos de atividades, comporta divisões muito diferentes. As divisões do ano camponês se baseiam no ritmo dos trabalhos agrícolas, que por sua vez é determinado pela alternância das estações. O ano industrial ou comercial se decompõe em períodos em que se trabalha a pleno rendimento, quando afluem pedidos, e em outros, quando os negócios andam mais devagar e até param – não são os mesmos em todos os tipos de comércio ou de indústria [...] Assim tanto existem grupos quanto origens de tempos diferentes. Não há nenhum que se imponha a todos os grupos (HALBWACHS, 2006 p. 135-137).

Com base nessa noção de pluralidade social de tempos poderíamos nos perguntar sobre a real abrangência dos significados hegemonicamente imputados às noções de trabalho e lazer no mundo moderno. Inversamente, poderíamos indagar também sobre o real nível de fusão entre trabalho e não-trabalho em sociedades pré-industriais, aprimorando historicamente o modo de constituição do lazer. Pois mesmo em sociedades onde a indústria já existia de maneira mais pronunciada, tais categorias não se efetivaram de maneira plena e absoluta. Havia, em muitos casos, tensões, questionamentos, resistências e acomodações. Sidney Chalhoub (2001), por exemplo, observando mais de perto o cotidiano e as redes de sociabilidade de trabalhadores das camadas populares da *belle époque* carioca, conclui que “o ideal burguês de separação rígida entre trabalho e lazer não tinha significado algum: trabalho e diversão estão associados no cotidiano e não são regidos por horários fixos” (p. 146).

Já em pleno século XX, em um período de profundas transformações sociais, onde a constituição de uma ordem social capitalista implicava a transição de relações do tipo senhorial-escravista para uma outra, do tipo burguês-capitalista, uma nova ideologia do trabalho não conseguia se impor inequivocamente. Desse modo, apesar dos esforços para disciplinar o trabalho, como o projeto de repressão à ociosidade de 1888, intervalos durante a jornada de trabalho continuariam bastante comuns entre certas

ocupações, como as dos carvoeiros, estivadores ou carroceiros. Pausas para tomar café e cachaça no botequim, ou mesmo para jogar à dinheiro, eram constantes naqueles trabalhos que não se viam circunscritos a um espaço fechado rigidamente disciplinado. Para esses trabalhadores, a jornada de trabalho estaria ainda “intimamente ligada aos períodos de lazer no botequim” (CHALHOUB, 2001, p. 102).

De outro lado, trabalhos e trabalhadores em certos períodos do Brasil colonial, como o dos engenhos açucareiros do nordeste no século XVII, conheceram considerável especialização de funções. Vera Ferlini (2003), analisando, em particular, essa forma de trabalho entre os idos de 1620 e 1650, comenta a respeito. Segundo ela:

[...] “o engenho apareceu como conjunto produtivo peculiar, novo, onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização, seqüência e disciplina” (p. 139).

Embora ela mesma ressalte que a presença de escravos fizesse com que a realização das condições de produção estivessem fundamentalmente baseadas em relações direta de domínio e servidão, nota-se também uma organização manufatureira determinada pelo capital mercantil. Nesse caso, é principalmente o emprego de trabalhadores brancos, livres e especializados, como os feitores e mestres de açúcar, o principal agente desse processo.

De maneira semelhante, a pesca de baleia, a extração de madeira-de-lei ou o garimpo nas Minas Gerais seriam todos modos de produção que, em algumas etapas da sua realização, “anteciparam”, ao longo de quase todo o século XVIII, formas mais agudas de racionalização e divisão do trabalho (ver como exemplo, entre muitos outros, CABRAL, 2008; ELLIS, 1969; PÁDUA, 1999; SILVA, 2001).

Em outras palavras, no seio de sociedades industriais, bem como no das pré-industriais, existem modos dinâmicos e porosos de transitar entre o mundo do trabalho e

do não-trabalho, especialmente em sociedades híbridas como a brasileira, em que elementos arcaicos e modernos se combinam e se fundem numa colagem *sui generis*. Essa fluidez e flexibilidade, mesmo que relativas e contingenciais, contrariam, ao menos em alguma medida, códigos de conduta e critérios de moralidade previstas a partir da lógica de alguns poucos grupos sociais, cujos parâmetros de comportamento não necessariamente correspondem aos da sociedade em sua totalidade. Com efeito, a rígida demarcação entre as esferas do lazer e do trabalho é tão somente o resultado de uma idealística elaboração teórica e conceitual, que apesar de estar em conformidade com as expectativas ideológicas das classes dirigentes, não se confirma em muitas realidades empíricas, sobretudo às das classes subalternas. Por isso mesmo esses modelos teóricos representam também a distorção dessas realidades e, em última instância, não passam de elucubrações que carecem de fundamento histórico.

Parece cada vez mais difícil seguir sustentando certas proposições, especialmente aquelas herdadas de uma tradição tipicamente sociológica, fundadas em generalizações abstratas e aparadas por noções muitíssimo gerais e imprecisas como “o trabalho”, “o lazer” ou “a sociedade industrial”, e que obviamente não dão conta de abarcar a complexidade das realidades sociais. Basta olharmos para a especificidade da experiência histórica palpável de grupos tão diversos e plurais como os dos tropeiros, garimpeiros, pescadores, sapateiros, caixeiros, lavradores, carroceiros, estivadores, padeiros, prostitutas, soldados, enfermeiras, médicos, comerciantes, banqueiros, professores, advogados ou uma infinidade de outras ocupações, de ontem ou de hoje, para nos convenceremos de que a maneira como cada um deles se relacionava com suas diversões era, na prática, muito mais matizada do que supõe esses modelos explicativos.

Diante das teorias do lazer correntes entre nós, as desconfianças de Robert Darnton (1990) diante da sociologia, antropologia ou da ciência política, possivelmente ganhariam corpo e forma acabada. Para ele:

[...] os cientistas sociais vivem num mundo fora do alcance dos comuns mortais, um mundo ordenado segundo modelos perfeitos de comportamento, povoado por tipos ideais e governados por coeficientes de correlação que excluem qualquer coisa que não seja o desvio padrão mais normal. Nunca se consegue vincular esse mundo ao amontoado heterogêneo da história (p. 70).

Abandonar a pretensão de grandes sínteses generalizadoras, apontando, ao invés disso, para particularidades mais concretas, cotidianas, molduradas em um quadro regional específico, pode nos conduzir a análises capazes de revelar – talvez de maneira um tanto surpreendente para alguns – imagens extremamente distantes das caricaturas estereotipadas que se cristalizaram em torno do universo do trabalho e do lazer. Tal como as mal informadas representações sobre a Idade Média, que a pensam como uma época obscura ou de trevas, associada à repressão e à violência, ao que Henry Loyn (1997) chamou de um “equivoco grosseiro”; o passado pré-industrial do Brasil colonial às vezes tende também a ser apresentado como um momento praticamente sem vida. No entanto, sabemos que o período foi muito dinâmico sob vários aspectos. Desde o final do século XVII, o comércio de especiarias e de toda uma enorme gama de gêneros alimentícios resultou em um movimento mercantil tão amplo que foi capaz de fazer consideráveis fortunas (BLAJ, 1998); pouco depois, no século XVIII, algumas regiões tiveram crescimento demográfico superior aos 400%; por essa época também, com a coroação de D. José I, a Coroa Portuguesa passou a manifestar grande interesse pelos assuntos da Colônia, deflagrando um violento esforço para a normatização dos costumes, o que incluía as festas (que eram muitas aliás) e outros espaços de sociabilidade (DEL PRIORE, 1994).

A necessidade de definir historicamente com mais precisão e a partir de bases empíricas mais amplas em que medida exatamente o lazer é um fenômeno moderno parece ser um desconforto compartilhado atualmente por boa parte da comunidade acadêmica dedicada ao assunto. Não por acaso, a temática História e lazer tem sido pauta de discussões em alguns importantes fóruns especializados, como é o Seminário O Lazer em Debate, que por duas vezes nos últimos três anos apresentou uma mesa redonda sobre o assunto (MELO, 2009; SEMINÁRIO, 2009).

### **A desrazão dos moribundos**

Discursos hegemônicos sobre a modernidade costumam caracterizar os seus padrões de sociabilidade em torno de três pilares fundamentais: diferenciação social, secularização (ou racionalização) e separação entre público e privado. Como vimos, a identificação do período histórico a que correspondem os primórdios dessas experiências em cada um desses aspectos pode oscilar desde o século XV até os meados do XIX. Entretanto, na medida em que aumentam nossos conhecimentos sobre modos de vida do passado temporalmente mais distantes, maior parece ser a tendência de ampliarmos também o escopo e o período abarcados pela idéia de modernidade, bem como o de todos os seus correlatos, tais como a indústria, o capitalismo e assim por diante (a esse respeito, ver a título de exemplo DOBB, 1977).

As principais teorias do lazer, a reboque dessas reflexões, também se vêem diante do impasse de redefinir a circunscrição e a abrangência do seu próprio conceito. Aprofundamentos dos conhecimentos sobre as condições de produção ou sobre o modo de fruição dos divertimentos em épocas pré-industriais estimulam o questionamento da suposta rigidez da separação entre trabalho e não-trabalho, alargando o horizonte de

possibilidades interpretativas. Até que ponto esses alargamentos devem se estender é um debate em aberto.

Seria o caso de aceitar que o lazer é um fenômeno que pode ser identificado em outras sociedades que não as modernas? Seria o caso de dizer que sempre houve lazer? Se não, que contextos históricos poderíamos chamar com justeza de modernos sem incorrer em anacronismos?

De acordo com José Pedro Machado (1967), o início do emprego da palavra lazer em língua portuguesa – de derivação latina, como se sabe – data do século XVI, aproximadamente. No entanto, o registro de sua forma arcaica, *lezer*, pode ser identificado já desde o século XIII, como testemunha os versos do trovador português João Soarez Somesso – naquele que é provavelmente o primeiro registro do vocábulo de que se tem notícia.

Mas a simples existência de um signo lingüístico não necessariamente atesta a existência de um fato social. Inversamente, a sua ausência também não impede sua ocorrência. A articulação entre as palavras e as coisas é bem mais complexa que isso.

Em alguns casos haverá descontinuidade de significados a despeito da permanência ininterrupta das palavras, como é o caso da noção de “retórica”, cujos sentidos foram radicalmente alterados por Cícero com relação ao emprego atribuído por Aristóteles, como bem demonstra Carlo Ginzburg (2002).

De outra forma, a ausência da palavra de um determinado contexto não significa que o seu conteúdo também o esteja, ou que a sua aplicação analítica aquelas circunstâncias não seja nunca possível. O uso historiográfico de conceitos como o de “sociologia”, “privacidade” ou “feminismo” são bons exemplos nesse sentido. Ao analisar historicamente as etapas de evolução do pensamento sociológico, Raymond

Aron (2003) inicia o empreendimento situando a obra de Montesquieu no marco da fundação da disciplina sociológica, apesar de em sua época o termo sequer ter sido inventado. Segundo ele:

Na França, esse autor geralmente é considerado um precursor da sociologia e se atribui a Augusto Comte o mérito de ter fundado essa ciência – o que é verdade, se fundador for aquele que criou o termo. Contudo, se o sociólogo se define por uma intenção específica, conhecer cientificamente o social, Montesquieu é, a meu ver, um sociólogo, tanto quanto Augusto Comte (p. 3).

Georges Duby (1990) e Philippe Áries (1991), que dirigiram uma coleção de cinco volumes sobre a história da vida privada, teceram comentários análogos a respeito do uso e da aplicação da noção de privacidade em contextos históricos que, a rigor, desconheciam a distinção moderna entre esfera pública e privada. Segundo eles, estudar a “privacidade” na “história da civilização ocidental em toda a sua extensão” implicava confrontar-se com a adequação desse conceito em outros contextos históricos que não o empregava originalmente.

Philippe Áries (1991) configurava o problema da seguinte maneira:

“É possível uma história da vida privada? Ou essa noção de ‘privado’ nos remete a estados ou valores demasiado heterogêneos de uma época a outra para que possamos estabelecer entre elas uma relação de continuidade e diferenças?” (p. 7).

Georges Duby (1990), no mesmo sentido, se pergunta se “é legítimo – digo mesmo legítimo, e não apenas pertinente – falar da vida privada na Idade Média, transportar a um passado tão distante uma noção, a de *privacy*, que, como sabemos, formou-se no decorrer do século XIX”?

E o próprio Duby (1990) antecipa a resposta: “tudo bem avaliado, creio que se pode responder de modo afirmativo” (p. 9).

Para eles, tal transferência “anacrônica” revela-se de “utilidade incontestável”, pois estimula o refinamento de certos conceitos, assim como ressalta determinados aspectos da realidade social que de outro modo permaneceriam obscurecidos.

É o caso também da noção de “feminismo”, que descreve uma situação muito específica ao século XX: o da reivindicação por igualdade social de condições entre os sexos. Mas o fato de sociedades mais antigas não terem tido qualquer reflexão a respeito das diferenças entre homens e mulheres não significa que essas diferenças não tenham existido entre eles; ou alguém duvida que entre os bizantinos, sumérios ou egípcios havia uma forte assimetria de poder entre esses dois grupos de gênero? Nesse sentido, seria perfeitamente legítimo projetar sobre esses contextos categorias de inteligibilidade que, até onde sabemos, não compunham seus vocabulários, suas estruturas mentais ou sua cultura enfim.

O conceito de lazer talvez devesse também ser tensionado dessas formas. O registro da palavra em língua portuguesa a partir do século XIII – em sua forma arcaica – atesta que a cultura que a enunciava dessa forma lhe imprimia significados análogos aos nossos? Inversamente, sua existência a partir do século XVI nos mesmos termos lingüísticos dos dias de hoje garante uma correspondência entre os fenômenos nesses distintos períodos históricos? A partir de quando então podemos identificar realmente a gênese do lazer? Qual periodização seria mais conveniente adotar nesse sentido?

Não foi o objetivo aqui tentar dirimir essas questões. A guisa de conclusão gostaríamos apenas de sugerir que certos acontecimentos podem sim testemunhar coisas mesmo sem a intenção de fazê-lo, de modo que práticas de uma determinada época do passado tenham, virtualmente, representado um conjunto de sentidos atrelados as nossas noções de lazer, mesmo que seus contemporâneos não as reconhecessem assim ou não

as expressassem em uma linguagem articulada que lhes decodificasse num vocabulário organizado nesses termos.

Mas independente das respostas possíveis, o desafio que está anunciado então é o de repensar as teorias do lazer à luz de um maior detalhamento histórico do que se entende especificamente por modernidade e de que maneira as práticas de divertimentos se relacionaram com esse estado de coisas. Aqui, já não se trata apenas de adotar uma concepção de modernidade entre muitas. Trata-se, isso sim, de tentar justificá-las no plano empírico, tanto quanto no plano teórico, evidenciando, explicitamente, as coerências de tais opções. Isso exige, além da óbvia dedicação ao estudo da história, coragem para sepultarmos os nossos mortos e ousadia para abandonarmos antigas abordagens, que a inércia ou as idolatrias impedem que se extingam pela fraqueza das suas próprias idéias.

## REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. *In*: \_\_\_\_\_; DUBY, Georges (Dir.). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. v. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1991. p. 7-20.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. O Salão de 1846. *In*: BAUDELAIRE, Charles. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 671-731.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 3. ed, 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulista. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, p. 281-296, 1998.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 217-241, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

CHATEUABRIAND, François R. **Memórias de ultratumba**. Madrid: Alianza, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mémoires d'outre-tombe**. Paris: Garnier Freres, 1947.

CROWTHER, Margaret A. **The workhouse system (1834-1929)**: the history of an English social institution. Athens: Univ. Georgia, 1982.

CORBIN, Alain. A história dos tempos livres. In: CORBIN, Alain (Ed.). **História dos tempos livres**: o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001. p. 5-18.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

DECCA, Edgar de. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). **Lazer e ciências sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002. p. 57 – 74.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DRIVER, Felix. **Power and pauperism**: the workhouse systems (1834-1884). Cambridge: Cambridge Univ., 1993.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DUBY, Georges. Advertência. In: DUBY, Georges. **História da vida privada**: da Europa feudal à Renascença. v. 2. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 9-15.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva ; SESC, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1969.

EISENSTADT, Shmuel. **Modernização: protesto e mudança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

FALCON, Francisco. Moderno e modernidade. *In*: RODRIGUEZ, Antonio; FALCON, Francisco. **Tempos modernos: ensaios de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 223-239.

FEBVRE, Lucien. Los orígenes del espíritu moderno: libertinaje, naturalismo y mecanicismo. *In*: \_\_\_\_\_. **Erasmus, la contrarreforma y el espíritu moderno**. Barcelona: Martinez Roca, 1970. p. 237-259.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do lazer no Brasil. *In*: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 6. reimp. São Paulo: Unesp, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HABERMANS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 20.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JARVIE, Grant; MAGUIRE, Joseph. **Sport and leisure in social thought**. London: Routledge, 1994.

JAUSS, Hans Robert. Tradição literária e consciência atual da modernidade. *In*: OLINTO, Heidrun Krieger (Org). **Histórias de literatura: as novas teorias alemãs**. São Paulo: Atica, 1996. p. 47-100.

LE GOFF, Jacques. Na idade média: tempo da Igreja, tempo do Mercador. *In*: \_\_\_\_\_. **Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa, 1993a. p. 43-60

LE GOFF, Jacques.. O tempo de trabalho na “crise” do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno. *In*: LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa, 1993b. p. 61-74.

\_\_\_\_\_. Antigo / Moderno. *In*: LE GOFF, Jacques. **Pensar la historia: modernidad, presente, progreso**. Barcelona: Paidós, 1991. p. 145-173.

LOYN, Henry (Ed.). **Dicionário da Idade Média**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico de língua portuguesa** – com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados. v. 2, 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. 6. de. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARCASSA, L. A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MARX, Karl. Prefácio. *In*: \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MELO, Victor (Org.). **Lazer: olhares multidisciplinares**. São Paulo: Alínea, 2009. No prelo.

PÁDUA, José Augusto. “Aniquilando as naturais produções”: crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786 – 1810). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 497 – 538, 1999.

PARKER, Robert. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. Antigos e modernos: o humanismo norte-europeu nas retóricas peninsulares do século XVI. **Península: Revista de Estudos Ibéricos**, n. 5, p. 93-101, 2008.

PERRAULT, Charles. **Festiva ad capita annulumque decursio a Rege Ludovico XIV, principibus, summisque aulae proceribus edita anno M.DC.LXII**. Urbana Champaign: University of Illinois, 1989.

RAMONEDA, Arturo. Prólogo: la obra literaria y política de Chateaubriand. *In*: CHATEAUABRIAND, François R. **Memorias de ultratumba**. Madrid: Alianza, 2005. p. 7-43.

RODRIGUEZ, Antonio. A querela entre antigos e modernos: genealogia da modernidade. *In*: RODRIGUEZ, Antonio; FALCON, Francisco. **Tempos modernos: ensaios de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 241-285.

SEMINARIO "O LAZER EM DEBATE", 10. 2009, Belo Horizonte. **Coletânea...** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX)**. Campinas: Papirus, 2001.

SOMESSO, João. CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. **Cancioneiro da Biblioteca Nacional**: antigo Colocci-Brancuti. v. 2. Lisboa: Edições da R. de Portugal, 1949. Edição fac-similada.

THOMPSON, Eduard P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. *In*: \_\_\_\_\_ . **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-303.

TOMLINSON, Alan. Ócio. *In*: OUTHWAITE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 533-534.

**Endereço do Autor:**

Cleber Augusto Gonçalves Dias  
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física  
Rodovia Goiânia-Nerópolis, km 12, Campus Samambaia  
Caixa Postal: 131, CEP: 74001-970. Goiânia – GO  
Endereço Eletrônico: cag.dias@bol.com.br